



A LEI 11.645/08 E A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICAS EM HISTÓRIAS E CULTURAS INDÍGENAS NA BAHIA

Caio Gabriel Barbosa Nascimento¹
Isabella Santos Silveira²
José Valdir Jesus de Santana³

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo discorrer sobre a experiência do curso de extensão "Educação para as relações étnicas em histórias e culturas indígenas", que compõe uma das ações do projeto de extensão "Educação, Etnicidades e Decolonialidades" que tem, entre seus objetivos, refletir acerca das histórias e culturas dos povos indígenas de nosso país, especialmente os povos indígenas da Bahia e compreender as principais questões que envolvem os povos indígenas, em especial as voltadas para educação, saúde e território. O curso em questão foi realizado entre novembro de 2024 e maio de 2025. Trata-se de um recorte das ações realizados no referido curso, que tem como foco a participação dos indígenas como formadores, na discussão de temáticas tão caras aos povos indígenas da Bahia, a exemplo da educação e da demarcação dos territórios tradicionais. Destacamos a importância do curso e das temáticas abordadas conforme determina a Lei 11.645/08, na formação inicial e continuada, no campo da educação para as relações étnico-raciais, com destaque nas histórias e culturas indígenas e, com isso, contribuir para a desconstrução de preconceitos e estereótipos que recaem sobre as populações indígenas.

Palavras-chave: Extensão. Histórias e culturas indígenas. Lei 11.645/08.

Abstract:

The main objective of this article is to discourse on the experience of the extension course "Educação para as relações étnicas em histórias e culturas indígenas", which is one of the actions from the extension project "Educação, Etnicidades e Decolonialidades" which one of the goals is to reflect about the culture and history of the indigenous people in Brazil, especially the indigenous people from the state of Bahia and, also, to comprehend the mains questions that involve the indigenous people, precisely the ones about education, healthy and territory. This extension course in question took place between november 2024 and may 2025. This article is about pieces of the actions done in this project, focusing on the participation of indigenous people as educators on the discussion of significant subjects to the indigenous people in Bahia, as an example the education and the demarcations of traditional lands. The importance of this course and its subjects is highlighted by the law 11.645/08, which points to the initial and counting education on ethnic and racial relations, focusing on the indigenous' history and culture and, with that, to help dismantle prejudices and stereotypes about indigenous people.

Keywords: Extension. Indigenous' history and culture. Law 11.645/08.

¹ Discente do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, cgbnascimento@gmail.com.

² Discente do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, isabellasilveira03@gmail.com.

³ Professor Pleno da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, jsantana@uesb.edu.br.



Com este trabalho, tem-se o objetivo de discorrer sobre a experiência do curso de extensão “Educação para as relações étnicas em histórias e culturas indígenas”, que compõe uma das ações do projeto de extensão “Educação, Etnicidades e Decolonialidades”. No caso deste relato, teremos como foco as questões do campo da educação e os conflitos territoriais, em especial as ações de retomadas empreendidas pelos povos indígenas da Bahia, na busca pela demarcação de seus territórios ancestrais. Busca-se, ademais, refletir sobre seus impactos e os desdobramentos do curso e das trocas realizadas entre os participantes, no caso, os expositores e os participantes cursistas, como também refletir sobre a importância deste projeto para o campo das licenciaturas, ou seja, da formação de professores(as).

Como já apresentado, o primeiro módulo dedicou-se à temática indígena e dele participaram, na condição de expositores/formadores, o coordenador do projeto, o professor José Valdir Jesus de Santana, pesquisadores da temática indígena e indígenas pesquisadores, com destaque para José Carlos Batista Magalhães, indígena Tupinambá, doutorando em Antropologia pela UnB; Maicon Rodrigues dos Santos, doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, indígena Pataxó; e Ângelo de Oliveira França, indígena Kaimbé, especialista em Raça, Gênero, Etnia e Sexualidade, pela Universidade do Estado da Bahia.

Para este primeiro módulo foram realizados encontros pela plataforma *Google Meet*, tendo início em 03 de novembro de 2024 e finalizado em 13 de maio de 2025, contabilizando 40h de carga horária. Os encontros deste primeiro curso foram conduzidos, como já referido, pelo professor Dr. José Valdir Jesus de Santana e, em momentos pontuais, participaram também como expositores os educadores indígenas Ângelo Kaimbé, Maicom Pataxó



e José Carlos Batista Magalhães, como também a professora Kelly Prado e o professor José Ricardo Marques, também pesquisadores da temática indígena.

O curso foi conduzido por encontros expositivos e dialogados, que estimulavam o pensamento crítico e a participação do(a) cursista. Os encontros iniciais foram conduzidos por José Valdir e teve como foco de discussão a Lei 11.645/08, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e médio, tanto nas instituições públicas quanto privadas do Brasil, com o objetivo de contextualizar as principais questões e temas voltados para as histórias e culturas indígenas em nosso país. Os diálogos e as temáticas foram tratadas, de modo geral, a partir do campo da História e da Antropologia, campos esses que já acumulam uma vasta produção científica sobre os indígenas em nosso país. A partir dessa discussão mais geral, os temas tratados no curso foram direcionados à situação das populações indígenas da Bahia, com foco na educação indígena, educação escolar indígena e luta pela demarcação dos territórios.

José Carlos e Ângelo conduziram as discussões tendo como foco o campo da educação escolar indígena no Estado da Bahia. José Carlos, na condição de coordenador indígena, no âmbito da Secretaria Estadual de Educação, apresentou um panorama da educação escolar indígena em nosso estado, os avanços realizados, mas também as dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas para a construção de uma educação escolar específica, diferenciada e intercultural, já garantida pela legislação, mas que enfrenta dificuldades em sua implementação. Além disso, chamou a atenção para o fato de que os avanços decorrem da participação dos indígenas na formulação e acompanhamento da execução das políticas pelo Fórum Estadual de Educação Indígena, com atuação há mais de vinte



anos. Já Ângelo, focou a discussão na experiência dos indígenas Kaimbé, localizados no município de Euclides da Cunha/BA, no tocante à implementação de uma escola diferenciada e dos desafios que a gestão escolar enfrenta nesse processo de implementação.

Maicon, da etnia Pataxó, apresentou um panorama acerca dos problemas e conflitos que envolvem a demarcação das terras indígenas em nosso país, em especial nos últimos anos, além de apresentar, de forma detalhada, todos os movimentos, realizados pelos pataxó do Sul e extremo sul da Bahia, pela demarcação dos territórios tradicionais e dos conflitos que, em muitos casos, têm resultado no assassinato de indígenas e suas lideranças.

A Lei 11.645/2008 busca constituir-se num mecanismo de combate ao preconceito e à discriminação étnico-racial e à invisibilidade a qual foram objeto os povos indígenas e os afro-brasileiros, propiciando na escola uma discussão sobre os estereótipos e preconceitos existentes sobre estes grupos sociais e possibilitando a valorização da diversidade cultural nacional. A Universidade, portanto, passa a ter um papel relevante, no sentido de construir espaços de formação, discussão e aprendizagem em torno das Histórias e Culturas Indígenas, como forma de potencializar o cumprimento das determinações trazidas pela Lei 11.645/08.

Nesse sentido, as implicações político-pedagógicas no âmbito do ensino e da aprendizagem para a diversidade étnico-cultural e étnico-racial, trazidas pela referida Lei, nos abriga a outras aprendizagens, à desconstrução dos estereótipos negativos construídos em relação aos povos indígenas e a diferentes coletivos negros deste país, mas sobretudo, à compreensão de outras ontologias, epistemologias e regimes próprios de conhecimentos, como defende Carneiro da Cunha (2009) e, que no limite, nos possibilita construir movimentos de descolonização do pensamento, do conhecimento e das estruturas racistas de nossa sociedade. Ademais, a referida Lei nos



obriga à prática da interculturalidade tão necessária ao exercício da alteridade nos espaços escolares de todo o país.

As Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 nos possibilitam incorporar as experiências negras e indígenas nos espaços acadêmicos, na produção e difusão de conhecimento e na reflexão sobre os problemas que nos atravessam, a exemplo das violências que recaem sobre coletivos negros e indígenas e das desigualdades e hierarquias sociais, raciais e étnicas produzidas nas diferentes instituições sociais, a exemplo da escola e universidade. A educação antirracista nos permite “construir um diálogo intercultural com outros sujeitos que vivenciam processos de subordinação no sul global” (Bernadino-Costa; Grosfoguel, 2016, p. 22) e, ao mesmo tempo, produzir novas agendas e projetos de emancipação social, em diálogo respeitoso com as populações negras e indígenas.

Referências

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFUGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, 31(1), 15–24, 2016.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.